

Um entusiasmo aparente

EDUARDO FRANKLIN

A julgar pela disposição manifestada ontem pelos poucos parlamentares que se encontravam no Congresso Nacional, a emenda do deputado Maurício Fruet (PMDB-PR), restabelecendo a representação política no Distrito Federal, nas capitais estaduais, áreas de segurança nacional e estâncias hidromineirais, não será aprovada, apesar do grande barulho prometido pelos partidos oposicionistas, que prometem lotar as galerias.

Para que a emenda seja aprovada, são necessários 211 votos, enquanto a Oposição só conta com 197 (176 do PMDB, 9 do PDT, 5 do PT e 7 do PTB), dependendo de 14 votos de dissidentes do PDS. Acontece que as únicas vezes na história recente do Congresso em que a Oposição compreendeu em peso para votação foram derrubada da sublegenda e no pacote da Previdência Social, sendo que para a votação da emenda

Fruet, o líder do PMDB, Odacir Klein, antecipou ontem que já conta com duas ausências (deputados Bento Gonçalves (MG) e Melo Freire (MG), e depende de 20 confirmações de presenças para hoje.

O vice-líder do PDS, deputado Jorge Arbage (PA), até ontem ainda não tinha recebido nenhuma orientação da liderança quanto à votação, mas previa que como das seis vezes anteriores em que matéria semelhante esteve em pauta, não deverá receber votos favoráveis do PDS. Ele defende que primeiramente se faça um levantamento do número de eleitores de Brasília, para saber se realmente há necessidade da representação política, estimando que 80 por cento dos eleitores daqui possuem títulos de outros Estados. Sobre possíveis dissidências na bancada governista, Arbage descarta-as creditando o falatório "a uma psicose da Oposição que vive, dorme e sonha com dissidentes". Em sua opinião, de agora

em diante o PDS tem que decidir "se está contra ou a favor do Governo".

O autor da emenda, deputado Maurício Fruet, lembra que a idéia não é apenas sua mas foi decidida na reunião do Comitê Nacional pela Autonomia Municipal, realizada em Foz do Iguaçu, no ano passado. Observou que dentro do PDS a maioria se diz favorável a medida mas, "na hora de votar alegam que seguem orientação das lideranças e do próprio Presidente da República".

Exemplificou com o parecer lido em plenário pelo senador Jutahy Magalhães, (PDS-BA), relator da comissão mista que examinou a emenda, favorável pela juridicidade e constitucionalidade, além de considerar justa, quanto ao mérito. Fruet também não acredita na possibilidade de aprovação da emenda mas entende que "mais uma semente foi lançada e futuramente os frutos serão colhidos".